



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA Nº 13/15**  
**2015-11-26**

## ATA Nº 13/15

### 8ª Sessão Extraordinária

26 de novembro de 2015

--- Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 8ª sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 
- 1. Expediente e informações.-----
  - 2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.-----
  - 3. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----
  - 4. Apreciar e votar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Aqualva, nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 896-P/2015).-----
  - 5. Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro para as freguesias, no montante de 2.503.000,00 € para o ano de 2016, nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 899-P/2015)-----
  - 6. Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro no montante de 2.500,00 € para a União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 901-P/2015).---
  - 7. Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, constante no Anexo I, nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 897-P/2015).-----
  - 8. Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 904-P/2015).-----
  - 9. Apreciar e votar a proposta de isenção do pagamento da taxa de inspeção ao elevador sito na Travessa Escultor Mestre Anjos Teixeira, nº 4 - ex Lt 9, na Portela de Sintra, propriedade de António Marques Rufino, nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 887-P/2015).-----
  - 10. Apreciar e votar a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações de António Cipriano da Silva Rosa, nos termos da respetiva proposta (Proposta nº 889-P/2015).-----
  - 11. Apreciar e votar a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações de AGR - Gestão de Resíduos, Lda., nos termos da respetiva proposta - (Proposta nº 905-P/2015).-----
- 

--- Presentes, dos Membros da Mesa, o Deputado Domingos Linhares Quintas, Presidente da Assembleia; e os Deputados Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês e Rui Miguel Magalhães Castelhana, respetivamente, 1ª e 2º Secretários.-----

.../...

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: António Luís Oliveira dos Santos Lopes; Sara Mariano Godinho; José Miguel Portelinha Vaz; Cristina Sofia Nunes Mesquita; João José Meira Coelho; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Ramiro da Silva Ramos; Maria Carmem Alvarez Fontoura Fernandes e Filipe Dias Barroso. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal SINTRENSES COM MARCO ALMEIDA – **SCMA**: António d’Orey Capucho; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Francisco Hermínio Pires dos Santos; Maria Antónia Nicolau Miranda Cerca; José Alberto dos Santos Carvalho; Domingos Manuel Miguel Rodrigues; Ana Paula Pereira Amôr de Moura Catarino; Rui Jorge dos Santos Anunciação e Basílio Jorge Martins. -----

--- Pelo Grupo Político do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães; Diogo da Rocha Geraldes e Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos. -----

--- Pelo Grupo Político da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Rogério Duarte Cassona; Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro e Teresa Marina de Lemos Ricardo. -----

--- Pelo Grupo Político do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: João Elviro Matilde da Silva e Maria Helena de Lemos Oliveira e Carmo. -----

--- Pelo Grupo Político do CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Luís Manuel Ferreira Fernandes. -----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Fernanda Maria Silva dos Santos Anunciação – Casal de Cambra; Rui Franco dos Santos – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; Eduardo Duarte Casinhas – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim). -----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, Maria Paula Gomes Pinto Simões, José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva, Carlos Parreiras Fernandes, Márcia Chiolas, Luís Manuel Pires Patrício, Paula Sofia Barreirão Neves e Pedro Manuel da Costa Ventura. -----

#### --- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA.** -----

--- O Presidente da União das Freguesias de Cacém e São Marcos far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. Paulo Adrego. -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, do Grupo Político Municipal do PS, para a presente Sessão, pela Deputada Maria Carmen Dominguez Alvarez de Fontoura Fernandes; -----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Maria Helena Correia Pissarro Cardoso, do Grupo Político Municipal do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Filipe Dias Barroso; -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Nuno Miguel Santa Cruz Lopes, do Grupo Político Municipal “Sintrenses com Marco Almeida” - SCMA, para a presente Sessão, pelo Deputado Rui Jorge Santos Anunciação;-----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas, do Grupo Político Municipal “Sintrenses com Marco Almeida” - SCMA, para a presente Sessão, pelo Deputado Basílio Jorge Martins; -----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Mário Filipe Ilhéu Condessa, do Grupo Político Municipal da CDU, para a presente Sessão, pela Deputada Diana Manuel Silva Santos Simões - (1ª suplente); -----

--- Pedido de substituição da Deputada Municipal Inês Regina Moreira Antunes, do Grupo Político Municipal da Coligação Democrática Unitária - CDU, para a presente Sessão, pela Deputada Teresa Marina de Lemos Ricardo (3ª suplente), dado que o Deputado Miguel Brás Lourenço Carretas, (2º suplente) solicitou a sua substituição; -----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **43** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

--- Não existiram inscrições para este período.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS.**-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do Expediente e informações (**doc. nº 1**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto **2** da Ordem de Trabalhos: **Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d’Orey Capucho**, referiu: Começo por saudar a presença da Senhora Vereadora Márcia Chiolas, que permite que haja paridade nos quatro Vereadores eleitos pelo nosso Movimento, o que é de realçar neste momento. Senhor Presidente, depois de um longíssimo e injustificável período de espera, finalmente, o Presidente da República decidiu o que era inevitável; tomou hoje posse o novo Governo do PS, liderado por António Costa, que conta com o apoio parlamentar maioritário na Assembleia da República. Não cabe aqui analisar a composição do Governo, nem tecer considerações políticas sobre as perspectivas que se abrem com a implementação do programa do Governo, que já é conhecido, e com a Proposta de Orçamento de Estado para 2016, que será presente proximamente à Assembleia da República. Mas isso não me impede de formular sinceros votos de sucesso ao Governo agora empossado, na certeza de que tal sucesso redundará em benefício do nosso país e dos portugueses. Mas, se me abstenho de comentários daquela natureza, em termos genéricos, não deixo de abordar alguns aspetos que se prendem com a nossa atividade como autarcas do Município de Sintra, e por outro lado, enquanto eleitos por um Movimento cívico de cidadãos independentes. Em meu entender, o programa eleitoral do PS apresentado aos portugueses, encerra propostas muito auspiciosas sobre o Poder Local Democrático, em flagrante contraste com a prática e a

.../...

filosofia política nesta área dos dois Governos precedentes que se distinguiram por terem sido os que mais violaram, desde as primeiras eleições para as Autarquias Locais, os princípios Constitucionalmente consagrados quanto à autonomia do Poder Local, a descentralização administrativa e a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias. Sem embargo, lamentamos que tal programa, de resto como os programas de todos os demais partidos com expressão Parlamentar, sejam omissos quanto às candidaturas dos grupos de cidadãos independentes aos órgãos das Autarquias e ao posterior exercício das funções para que foram eleitos. Neste âmbito, não pretendemos apenas que nos sejam concedidas as condições e os condicionalismos atribuídos na Lei aos partidos políticos. De facto, atualmente persiste uma discriminação inaceitável sobre as candidaturas dos grupos de cidadãos independentes, seja nos requisitos exorbitantes para a respetiva concretização, na fiscalidade agravada que sobre eles impende, nas finanças eleitorais e até no tratamento que são merecedores na comunicação social. Para que não restem dúvidas, quero, mais uma vez, deixar claro que consideramos que os partidos assumem um papel essencial na organização política do Estado, mas que a participação dos cidadãos na vida política não se esgota nos partidos. Como referia um destacado dirigente socialista *“as candidaturas independentes devem ser vistas como um contributo para a revitalização da nossa democracia local”*. A relevância das candidaturas independentes ficou evidenciada na votação obtida que subiu de 4% para 7%, de 2009 para 2013 e permitiu que assumissem a presidência de 13 Câmaras Municipais, entre elas, a de Concelhos com a relevância do Porto e de Oeiras, e elegessem um total nacional de 3.442 autarcas. Em Sintra, a candidatura que elegeu os deputados da minha bancada, obteve mais de 31.000 votos, ou seja,  $\frac{1}{4}$  dos votos validamente expressos. E estes números não traduzem a realidade completa, pois diversas candidaturas vencedoras estabeleceram coligações informais com movimentos de cidadãos independentes, já que a Lei reserva aos partidos a possibilidade de estabelecerem coligações formais. Recordo que foi o que sucedeu na capital. No mandato em curso, o Dr. António Costa estabeleceu em Lisboa um acordo pré-eleitoral com uma associação cívica independente, liderada pela Arqt<sup>a</sup> Helena Roseta, entendimento este que teve incidência no programa, mas também na composição dos órgãos municipais. Neste contexto geral e tendo também em conta a sensibilidade relevada pelo Senhor Primeiro Ministro esperamos que o Governo possa legislar a tempo das eleições de 2017, não só na eliminação das discriminações que atingem os candidatos autárquicos dos movimentos cívicos independentes, mas também na concretização das medidas que consideramos muito pertinentes, anunciadas no programa eleitoral e atinentes ao Poder Local, ou com este mais diretamente relacionados. Entre estas, cumpre destacar, citando o referido documento do Partido Socialista: Será reforçada e aprofundada a autonomia local, apostando no incremento da legitimação das Autarquias e das CCDR, através da eleição do respetivo órgão executivo por um colégio eleitoral formado pelos membros das Câmaras e das Assembleias Municipais, incluindo os Presidentes das Juntas de Freguesia. A legitimidade das atuais áreas Metropolitanas será reforçada com a eleição, por sufrágio direto, dos cidadãos eleitores da Assembleia Metropolitana eleita. O novo modelo Territorial coerente, assentará na descentralização para os Municípios das competências de gestão dos serviços públicos de carácter universal e na afirmação do papel das freguesias como polos de democracia, de proximidade e da igualdade no acesso aos serviços públicos. A descentralização de competências para os Municípios, apenas poderá ser concretizada com a adequada atribuição de recursos que permita o pleno exercício de novas competências a transferir. Sendo os Municípios a estrutura fundamental para a gestão dos serviços públicos numa dimensão de proximidade, será alargada a sua participação aos domínios da educação, com respeito pela autonomia pedagógica das escolas, da saúde, ao nível dos cuidados da saúde primária e continuados, da ação social, dos transportes, da cultura, da habitação, da proteção civil e da segurança

pública. As Freguesias terão competências diferenciadas em função da sua natureza, e exercerão poderes em domínios que hoje lhes são atribuídos por delegação municipal. Será reavaliada a reorganização territorial das Freguesias, estabelecendo critérios objetivos que permitam às próprias Autarquias aferir os resultados da fusão, agregação e corrigir os casos mal resolvidos. Termino, com a expectativa positiva que temos, de que este Governo, hoje empossado, possa ter sucesso na estratégia que se propõe, no sentido de promover o desenvolvimento económico, combater eficazmente o desemprego e a pobreza e proporcionar a melhoria progressiva da qualidade de vida dos portugueses, especialmente dos mais desfavorecidos, mas também na expectativa que quanto ao poder local democrático, o Governo possa implementar, com brevidade, as medidas que consideramos muito positivas e que apresentou aos eleitores. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Tal como no ano passado aqui fiz, venho mais uma vez evocar o dia 25 de novembro de 1975. Neste dia, que fez ontem quarenta anos, cumpriram-se em Portugal os valores da democracia e da liberdade que em abril de 1974 se iniciaram. Em abril de 1974 ganhámos a liberdade! Em 25 de novembro de 1975 garantiu-se a liberdade e a democracia! Em 25 de novembro de 1975, há 40 anos, acabaram-se os mandatos em nome do COPCON e da Quinta Divisão. Quarenta anos passados, faz todo o sentido comemorar esta efeméride. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro”**. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Vou ser o mais sintético possível, pois há uma semana, aquando da apreciação do Orçamento, tivemos oportunidade de apresentar os dois anos de mandato. Assim sendo, vou apenas destacar aquilo que nos meses de setembro e outubro me pareceu que devia merecer registo. A elaboração do Orçamento para 2016 foi feita em tempo legal e por todos considerado tecnicamente muito bem elaborado. Neste período foi deliberado a descida da taxa do IMI; -----

--- Foi inaugurado o Gabinete do Património Mundial. Chamo a atenção para comemoração dos 20 anos da elevação de Sintra a Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, no dia 6 de Dezembro. Trata-se de um momento importante, na expressão externa do nosso concelho, fundamentalmente junto da UNESCO; -----

--- Em termos de Saúde e de Solidariedade Social, foram colocados mais médicos nos Centros de Saúde do nosso Concelho, embora em número ainda muito insuficiente, 14 médicos para servir 25 mil utentes; Foram assinados os contratos programa dos centros de saúde de Sintra com a ARS-LVT. Em relação a esta matéria uma das primeiras prioridades vai ser o pedido de audiência ao Senhor Ministro da Saúde para que estes contratos possam finalmente ser respeitados; -----

--- Em relação à Autarquia ao serviço das pessoas, podemos referir que elaboramos o Plano para o Acolhimento e Integração de Refugiados no Concelho de Sintra, considerado como um Plano símbolo para outras Câmaras. Mesmo para o Estado Central, para o Centro de Refugiados, foi considerado um modelo a seguir. Nesta primeira fase já recebemos cerca de 25 famílias, o que significa mais de 100 pessoas; -----

--- Procedeu-se à abertura de candidaturas para o 2º programa de pré-aceleração da StartUp Sintra, e espero que em breve possamos ter notícias importantes sobre tecnologias de informação e tudo aquilo

que mais moderno se faz em matéria de cidade Inteligente. Na altura oportuna a Assembleia Municipal vai ser informada do que se está a passar neste domínio;-----

--- Foram já iniciadas as obras de requalificação do 1º piso do mercado do Cacém para instalação da futura Loja do Cidadão de Aqualva-Cacém, um investimento de mais de trezentos mil euros, mas com grande importância na política de descentralização dos serviços da administração pública central e local; --

--- Também nesta altura a ARU de Aqualva foi elaborada, trabalho este com uma dupla relevância: Por um lado a relevância da própria ARU que dá condições muito benéficas a quem investe no âmbito territorial, e por outro lado um forte sinal de que a ARU e as requalificações urbanas não são apenas na Vila histórica. A requalificação urbana expande-se pelo Concelho e vai ao sítio onde as pessoas vivem. Este é, aliás, um aspeto extremamente relevante de mudança de estratégia nesta matéria;-----

--- Na sustentabilidade ambiental e económica de Sintra, a reconstrução da orla costeira de Sintra é de uma importância enorme. Na praia Grande as obras já terminaram, assim como em Azenhas do Mar, estando a decorrer intervenções na praia da Adraga;-----

--- Tivemos um grande projeto; o Sintra Inclui - Apoio aos jovens. Trata-se de uma parceria entre a nossa Câmara e a Associação Pais em Rede, para apoio a crianças deficientes;-----

--- Aposta na educação, cultura, desporto e turismo; Basta ver o que se tem feito. É rara a semana, ou fim de semana que não haja uma manifestação neste âmbito em Sintra; A Feira Setecentista de Queluz que correu muitíssimo bem; o Dia aberto no Museu de São Miguel de Odrinhas, o espetáculo de som e dança na Quinta da Ribafria, desporto na Quinta da Ribafria, formação profissional na Quinta da Ribafria, o recebimento da prova do circuito mundial de bodyboard, vários concertos no Centro Cultural Olga Cadaval, incluindo o concerto gratuito da banda sinfónica do exército, Exposição de Pintura de Lívio de Moraes e a Festa dos Anos 90 no MU.SA, a realização da Feira das Mercês, apesar do problema com o mau tempo.-----

--- No Reforço da Imagem Internacional de Sintra, tivemos dois meses muito profícuos. Particpei num encontro em Bruxelas no âmbito do aniversário da UNESCO, com a presença de mais de 200 participantes. No decorrer deste encontro tive oportunidade de convidar o Vice-Presidente para vir a Portugal e estará presente nas comemorações do vigésimo aniversário da elevação de Sintra a Património Mundial, onde fará o discurso de abertura.-----

--- Portanto, houve o aniversário da organização das cidades património mundial, houve uma delegação que veio da Cidade da Beira, com Daviz Simango, presidente do Conselho Municipal e mais um conjunto de outras entidades, Recebemos uma delegação da Câmara Distrital de Mé-Zóchi (S. Tomé e Príncipe), com um encontro, muito interessante, no sentido de reforçar laços económicos com São Tomé e Príncipe. A propósito, poderão questionar o porquê deste interesse agora com São Tomé e Príncipe? Porquê, Guiné há algum tempo? Porquê, Cabo Verde noutra altura? Por algo muito simples. É que entendemos que a AICEP e o Governo têm grandes meios para fazer os grandes mercados. Mercados desta natureza, da CPLP, creio que Sintra pode ter vocação e um trabalho especial com estes mercados. São mercados que necessitam de grande apoio, necessitam de ser estudados e a Câmara está a desenvolver este trabalho em conjunto com a AICEP. Já houve uma missão a Cabo Verde, a Guiné, a São Tomé e vamos ter outra em Timor. Os nossos empresários estão a conhecer aquelas realidades e estão a começar a investir. Ou seja, a presença de empresários de Sintra em países da CPLP que falam português e que é importante por todos os motivos.-----

--- A Câmara promoveu uma missão empresarial ao Kuwait, e recebemos a visita do Provedor de Justiça da Turquia. Tratou-se de um encontro muito interessante, onde foi lida uma carta do Senhor Provedor, muito elogiosa para a Câmara e para o relacionamento entre a Câmara e a Provedoria de Justiça. -----

--- Para finalizar, aconselho a leitura da página 22 do meu relatório, relativamente ao item 10 - OBRAS, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO; a) Uma Câmara em Movimento, sobre o enorme conjunto de obras que estão a decorrer.-----

--- Presidências Abertas, neste período verificaram-se duas; à União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar e à União das Freguesias de Aqualva Mira-Sintra. O relato destas presidências consta igualmente do meu relatório. Aliás, toda a informação contida neste meu relatório, de certa forma responde ao que o Senhor Vereador Marco Almeida tinha solicitado, nomeadamente a possibilidade de existir pequenos relatórios.-----

--- Para conhecimento pormenorizado de todos, haverá sempre um pequeno relatório das presidências abertas, com as decisões mais importantes tomadas.-----

--- O **Deputado Francisco Hermínio Pires dos Santos**, do **Grupo SCMA**, referiu: Ao ler a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara reparei que em determinada altura nos diz que a *“incubadora Startup de Sintra”* foi *“criada pela Câmara em parceria com o Grupo Metal e com a Associação Empresarial do Concelho de Sintra...”* A comunicação social regional diz-nos, no entanto, (e cito) *“tendo com sócios fundadores o Grupo Metal (Worldmetal e Apametal) e a Associação Empresarial do concelho de Sintra, a incubadora conta com o apoio...”* e cita os apoios, que inclui, e muito bem, o da Câmara Municipal de Sintra. Fica-nos a dúvida: a Startup de Sintra é “nossa”, leia-se municipal, ou do Grupo Metal e da A.E.C. Sintra? Interessa muito mais a sua existência e bom funcionamento do que a paternidade. Mas, naturalmente que gostávamos de conhecer a realidade. Por isso, solicito à Câmara Municipal que, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos remeta a escritura de constituição ou estatutos da Startup de Sintra para percebermos, afinal, quem foram os seus promotores.-----

--- E a propósito de startups e de investimentos, disse-nos o Senhor Presidente da Câmara, em outubro de 2014, *“...conseguimos uma coisa importante, porque Sintra não tinha acesso aos fundos comunitários”* porque (...) *“a nossa gente tinha um rendimento “per capita” igual à média da União Europeia. Isto não faz sentido nenhum, é não conhecer a realidade. Conseguimos que na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, as empresas que lá se instalaram, tenham acesso a fundos comunitários”*. E acrescentou *“Por isso é que a nossa Startup vai ter sede na Terrugem”*. Certamente que o Conselho Empresarial de Sintra tem desenvolvido grandes esforços para que aquela boa notícia se torne realidade. Gostávamos de conhecer a situação, tanto dos investimentos na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, bem como a informação sobre a instalação da Startup da Terrugem. Naturalmente que esta informação, que será complexa, pode ser remetida por escrito, observando os trâmites regimentais.-----

--- Em março de 2014, a propósito do Centro Histórico de Sintra, o Senhor Presidente da Câmara disse-nos concretamente que um dos vectores para a sua reabilitação passa pela existência de uma *“bolsa de arrendamento”*. E acrescentou *“essa bolsa de arrendamento vai ser especialmente dirigida aos jovens. E porquê aos jovens? Porque é necessário animar o Centro Histórico de Sintra. É necessário que os jovens frequentem o centro histórico e por isso precisam de lá viver. É um aspeto essencial”*. Este interessante e útil projeto que desenvolvimento mereceu volvidos que são vinte meses sobre o seu anúncio nesta Assembleia? -----

--- Através da comunicação social regional tomei conhecimento que a Câmara considerou que a questão da instalação de um teleférico, que ligaria a vila à Pena, não está, agora, colocada entre as suas grandes preocupações. Como todos nós sabemos, nos termos da lei (Lei nº 169/99, de 18 de setembro, artº 56º) *“a câmara municipal é constituída por um presidente e por vereadores, um dos quais designado vice-*



*presidente, e é o órgão executivo colegial do município...".* Após consulta das ordens de trabalho das reuniões da Câmara e das respetivas atas não constatei que o órgão executivo, os onze edis, tenham tomado a decisão de deixar cair o projeto do teleférico. As minhas pesquisas poderão não ter sido eficazes. Permitam-me, pois, a pergunta: a Câmara Municipal de Sintra, os seus onze membros, pronunciaram-se sobre esta nova tomada de posição? Ou continua a ser objetivo a atingir no presente mandato autárquico? -----

--- Temos no concelho um vasto conjunto de imóveis em que a degradação é visível. Uns são municipais, outros serão provavelmente da administração central e outros particulares. Alguns estão anunciados como sendo possivelmente transformados em hotéis. Para outros desconhece-se qual o seu destino em termos de utilização. Naturalmente que o Conselho empresarial de Sintra tem pormenorizada atualização sobre o destino a dar a cada um dos edifícios, contactos estabelecidos com particulares e com a administração central, pois todos, ou quase todos, serão utilizados para a instalação de empresas ou serviços. Outros, naturalmente, não estarão a "mira" do Conselho Empresarial por se tratar de edifícios municipais, mas sim da Divisão de Património Imóvel. Por outro lado temos edifícios em que a degradação não é evidente mas que se encontra há muito sem qualquer utilização e em que é necessário intervir sob o ponto de vista de conservação e utilização. Parece-nos muito importante que seja feito, e divulgado, um exaustivo levantamento dos edifícios degradados ou em vias de tal acontecer, bem como assinalar as perspectivas para a sua reabilitação e utilização. Serão mais, certamente, mas lembro-me neste momento dos seguintes: - Edifício Gandarinha, no Arrabalde; - Casal de S. Domingos, em Sintra; - Palacete da Quinta do Relógio, em Sintra; - Casa onde residiu o escritor Francisco Costa, em Sintra; - Palacete da Quinta Ribeiro de Carvalho, no Cacém; - Palacete da Quinta D. Diniz e áreas adjacente, em S. Pedro de Sintra; - Palacete da Quinta Noiva da Assunção, em Belas; Palacete e áreas adjacentes da Quinta de S.<sup>a</sup> Thereza, em S. Pedro de Sintra; - Edifício abandonado na Rua Actor José Ricardo, em Sintra; Edifício do ex-Hospital de Sintra, na Vila Velha. -----

--- No dia 23 de outubro de 2013 o Senhor Presidente da Câmara anunciou (e cito) "*a abertura de, pelo menos, duas casas da juventude capazes de atraírem os jovens do concelho, para uma participação ativa nas atividades culturais, desportivas, de cidadania e de convívio por forma a que os jovens sintam, como suas, estas unidades e se disponham a nelas ocuparem parte importante dos seus tempos livres*". Esta iniciativa do Senhor Presidente da Câmara tem todo o nosso apoio. Mas, volvidos mais de dois anos sobre o anúncio da instalação de duas casas de juventude questiona-se: o que está feito em termos de programação e projetos, pelo menos projetos de arquitetura? Onde se vão localizar? Estão previstas para atendimento de quantos jovens? Bem sabemos, de acordo com o anunciado, que não há dificuldades financeira para concretizar este projeto que importa acarinhá-lo e seria, certamente, concretizado em mais de um ano económico. Vontade política para lhe dar expressão certamente que não faltará. Não desejamos que o Senhor Presidente nos faça hoje o "ponto da situação". Pedimos que, por escrito, nos informe, pormenorizadamente, através do Senhor Presidente da Assembleia, em que fase está esta boa iniciativa, estendendo esta resposta a todos os membros da Assembleia Municipal, já que os relatórios trimestrais, presentes a este órgão, têm sido omissos no que diz respeito ao assunto focado. -----

--- Sempre que me referi à empresa Parques de Sintra-Monte da Lua o Senhor Presidente da Câmara rebateu as minhas intervenções, colocando ênfase na minha admiração pelo trabalho executado por aquela empresa, sob a orientação, até recentemente, do Prof. António Lamas, que não conheço pessoalmente. Noto que nos últimos tempos as relações Câmara Municipal de Sintra – Parques de Sintra-Monte da Lua têm correspondido a um maior diálogo entre as partes. Ainda bem que assim é. Importa lembrar, mais uma vez, que o nosso município dispõe, apenas, de 15% no capital daquela empresa. É

.../...

tempo de acionar os mecanismos julgados necessários para que o “peso” do Município nos Parques de Sintra-Monta da Lua seja significativamente alterado. Prova de que a Câmara Municipal está a ter outra postura face àquela empresa reside no facto do Senhor Presidente nos apresentar, como capa da “informação dos serviços” sobre a atividade municipal, uma imagem do Chalet da Condessa, recentemente aberto ao público, depois de convenientemente restaurado. -----

--- Naturalmente que o Senhor Presidente da Câmara não tem possibilidades de nos responder a todas as questões colocados, pois para algumas deverão os serviços municipais ser auscultados para que tenhamos respostas claras, bem definidas no tempo e suficientemente documentadas. Por outro lado, penso que a Câmara já esgotou o seu tempo regimental para nos poder dar uma informação pormenorizada sobre cada uma das questões levantadas. Por isso, agradecemos que as respostas às questões levantadas sejam feitas através de documento escrito, que espelhe a realidade e seja acompanhado dos documentos julgados suficientes para um bom esclarecimento. A resposta deverá ser distribuída, naturalmente, a todos os Senhores Deputados Municipais. Vou entregar à mesa da Assembleia Municipal a presente intervenção para que possa ser remetida para a Câmara Municipal. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A explicação que eu vou dar vai ficar em ata. Eu pedia que a parte da ata que dá as explicações fosse depois enviada a todos.-----

--- Em relação à Startup, a ignorância é má conselheira! A ideia da Startup foi da Câmara, foi nossa! Completamente nossa, cem por cento nossa! Fomos nós que convidámos a APAMETAL e fomos nós que convidámos a Associação Empresarial. Agora pergunta-me: Por que é que não fazemos parte da associação? Muito simples: Porque, juridicamente, se fizéssemos parte da associação, não a podíamos ajudar. Quando a Câmara faz parte de uma associação, não a pode ajudar. Para podermos ajudar – como estamos a fazer – temos de ficar fora da associação. Mas a Câmara é uma referência obrigatória da Startup. A ideia foi cem por cento nossa. Só não fazemos parte porque, realmente, queremos ajudar e continuamos a ajudar. E vai ver o desenvolvimento que ela já teve e aquele que pode vir a ter. Quem é que paga o vencimento ao diretor executivo da Startup Sintra, João Cabral? É o apoio que damos. E a APAMETAL deu as instalações, que são das melhores. E foi importante termos legalizado aquelas instalações, seguimo-la desde o princípio e é uma excelente intervenção. É uma excelente Startup. Aliás, a própria Startup Lisboa já quer contactar connosco, temos imensas ligações. É uma Startup jovem, tal como jovens são muitas das coisas que estamos a tentar fazer.-----

--- Não há nenhuma Startup na Terrugem. A única coisa que existe é uma Startup Social, mas nem é na Terrugem. Agora, nunca se pensou fazer uma Startup na Terrugem e sabe disso muito bem. O Senhor Deputado estava a dizer isso para se divertir, mas não faça isso. O que nós dissemos foi que a sede da sociedade Startup devia ser num sítio onde pudesse ter apoios comunitários. Mas agora a sociedade que trate disso. E sabe por que é que São João das Lampas e Terrugem têm apoio comunitário? Porque Sintra se bateu por isso. Fomos nós que fizemos e lutámos por isso, estando permanentemente contra o critério e dizendo que existem zonas, como em São João das Lampas, onde o rendimento não é igual e, portanto, devia ser aceite essa intensão. E foi. Por exemplo, a sede da Sintra Global Stone também queremos que seja num local onde possa ter apoios comunitários. Agora, quem vai ter de escolher a sede serão as empresas que a estão a fazer.-----

--- Em relação às Casas de Juventude, realmente existem duas: Uma na Tapada das Mercês; e outra na Escola nº 1 de Belas. Na Tapada das Mercês é uma excelente Casa da Juventude, mas nós vamos ter de requalificar. Está em curso a requalificação, estando já aprovada a adjudicação, sendo que vamos gastar

ali perto de 400 mil euros. Além disso, como sabe, estamos à beira de ter a Pousada de Juventude no centro da Vila. Estamos em negociações com a REFER, sendo que esta já devia ter dito quais as condições que coloca. Mas estamos a discutir. Estava a dizer que é para isso é que temos dinheiro. Pois é! Vamos gastar ali, se a REFER assim o entender, perto de 400 mil euros. E espero ter a participação dos jovens depois na forma como vamos distribuir o espaço. Isso vai ser feito.-----

--- Depois, o teleférico. Não se pode tirar o que nunca lá esteve! Nunca houve uma decisão da Câmara de fazer o teleférico. Agora, se quer tanto o teleférico, proponha! Diga ao seu grupo na vereação que proponha o teleférico! Se gosta tanto do teleférico, diga! Nós estudámos o teleférico, ouvimos várias pessoas, e verificámos que essa ideia não era consensual. E como não temos a razão toda, nem acertamos sempre em tudo, ouvimos as pessoas. E essa é responsabilidade minha, da minha competência própria. Perante o estudo e perante a reação negativa de sectores que respeitamos da sociedade sintrense, entendemos que temos mais coisas para fazer e que o teleférico não é a primeira prioridade. Agora, se achar que é, e critica esta decisão de retirar, o Senhor Deputado fará o favor de propor e nós estudaremos e podemos fazer um estudo mais aprofundado. No nosso entendimento, não é prioritário neste momento. O estudo foi feito e as pessoas foram ouvidas. Houve pessoas, que devem ser ouvidas com cuidado, que entenderam que o teleférico é suscetível de afetar a paisagem de Sintra. Esse é um aspeto grave e nós tivemos que parar.-----

--- Quanto à bolsa de arrendamento, não é apenas no centro da Vila, mas vai à Portela, vai à Estefânia, passa pelo MU.SA, e aí existem muitas casas para arrendar aos jovens. E o Vereador Quinta Nova tem feito isso. Agora, com toda a franqueza, eu realmente disse que é preciso animar o Centro Histórico. Esperemos que o Hotel Netto um dia seja um grande local de animação e que a Pousada de Juventude seja um local de animação. Mas entre animar a Vila com jovens, e dar casa aos pobres que precisam, opto pelos pobres. Disso não tenha dúvidas. Se existirem pobres, mesmo que não haja animação, aí não há hipótese de fazer de outra maneira.-----

--- Em relação aos imóveis degradados, pôs o dedo na ferida! Temos de saber juridicamente o que é um imóvel degradado e não sabemos. O que é um imóvel degradado para efeitos jurídicos? Ainda hoje estava a estudar isso com o meu Chefe de Gabinete, Dr. Paulo Gomes. O que é um imóvel degradado? Qual é a noção jurídica de imóvel degradado? Por exemplo, um imóvel abandonado pode não estar degradado. Pode haver um imóvel ocupado e degradadíssimo. Portanto, temos de ver juridicamente qual é o conceito para depois poder aplicar as normas respetivas. Mas ainda bem que chamou a atenção para uma série de imóveis que considera degradados, vamos estudá-los, agradeço a informação à Câmara. Mas, por exemplo, o Palácio da Quinta Nova da Assunção, em Belas não está degradado. Abandonada esteve a Quinta durante anos e anos! Agora não.-----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Relativamente às Stratups, para além do número de empresas em “encubação” que resultam do primeiro programa e que agora estão prestes a entrar no segundo programa, gostaríamos que o Senhor Presidente nos pudesse explicar qual a interação a ser feita entre a Câmara e o tecido empresarial de Sintra, no sentido de aproveitar este dinamismo que é intrínseco a este tipo de empresas que são por definição, inovadoras e tecnológicas, para o Concelho. Uma outra questão diz respeito ao Conselho Estratégico Empresarial: Seria vantajoso que fosse feito um balanço sobre o seu desempenho nos últimos dois anos; Quantas empresas foram captadas para o concelho de Sintra por impulso deste gabinete e os postos de trabalho naturalmente criados por esse mesmo impulso?-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O Conselho Estratégico Empresarial reúne trimestralmente e efetivamente entre os meses de setembro e outubro decorreu uma reunião, que por lapso, não foi referida no meu relatório. Nessa reunião esteve presente o Dr. Braga de Macedo, que fez uma excelente exposição sobre economia mundial. Mas, o Conselho Estratégico Empresarial não cria diretamente investimento. Cria é condições para que esse investimento surja e produz uma ideia que há um Conselho amigo do investimento, criando confiança para o investimento, o que é bom. Existe igualmente uma grande interação com formação. O programa de estagiários é todo ele feito no Conselho Estratégico Empresarial, e, neste momento, estamos a fazer formação a mais de mil pessoas. Existem já duas empresas formadas e apoiadas pela Startup que vão começar a trabalhar. Há todo um caminho que se abre, e estou convencido que com as parcerias que vamos ter, iremos melhorar. Portanto, a interação entre o Conselho Estratégico e a Startup é íntima e estreita, e o facto da Associação dos Empresários estar e participar na Startup, só por si, presume-se, que é uma forma de comunicação com o tecido empresarial sintrense. Mas, para além disso, o diretor da Startup Sintra, João Cabral faz parte do Conselho Estratégico Empresarial, onde tem tido uma intervenção permanente.-----

--- O **Líder do BE, Deputado João Elviro Matilde da Silva**, referiu: Apenas umas breves questões, dado que este mês de novembro tem sido um mês de reuniões da Assembleia Municipal semanais. Não é que seja mau. Enfim, são as que são necessárias! Já há alguma tempo atrás levantei aqui o problema da limpeza urbana que, de um modo geral, está a piorar. Nós assistimos, nas nossas cidades e vilas, a um défice na limpeza urbana. E não é só um problema de falta de contentores. É o problema da própria recolha. Como se procede a recolha, as vezes que se faz a recolha. Por exemplo, posso referir a cidade de Aqualva-Cacém, onde é muito evidente o défice de recolha dos lixos urbanos, merecendo uma melhor atenção. Gostava de saber se o Senhor Presidente e a Câmara estão de facto atentos a esta situação, que é uma realidade, e quais a medidas que estão a ser implementadas para que, no tempo possível, esta situação seja ultrapassada.-----

--- Gostava de felicitar o Senhor Presidente pelas medidas que têm vindo a ser tomadas na orla costeira, medidas estas de grande importância na preservação da orla costeira. No entanto, há uma situação em Azenhas do Mar que nos deixa preocupados. Naquela zona foi muito importante a preservação do miradouro, o recuo do parque de estacionamento que protege a arriba mas continua a deixar que as pessoas possam usufruir da paisagem. Foram de facto obras e medidas importantes, mas a chamada zona do “presépio” das Azenhas, é extremamente preocupante. Neste ponto de vista, gostava de saber se a Câmara tem estado a tomar medidas para monitorização da zona, de forma a precaver que um dia (esperemos que nunca aconteça) ocorra ali um acidente complexo.-----

--- Um dos jornais regionais publicou recentemente uma entrevista com o Professor Galopim de Carvalho. Como todos sabemos, trata-se de um estudioso da geologia, e em particular dos dinossauros. Nessa mesma entrevista o Professor Galopim de Carvalho manifestou preocupação sobre um “velho” projeto, há longos anos guardado nas gavetas da Câmara. Trata-se de um projeto para a criação de um museu, a céu aberto, com as infraestruturas necessárias, na pista de pegadas de dinossauros de Carenque/Pego Longo. Sei que as verbas não dão para tudo, mas, gostava de saber se o Senhor Presidente já puxou este projeto um pouco mais para cima da gaveta, ou se ainda lá está nos fundos da gaveta.-----

--- Por último, relativamente à parte financeira, mais concretamente à evolução do orçamento, constatei que nas grandes opções do plano, no quadro remetido pela Senhora Vereadora, em que podemos ver onde estão e qual a percentagem da aplicação das grandes opções do plano, verifica-se que no global, a

média final dá 50.01%. Sobre esta situação gostava de ouvir alguns comentários da parte do Senhor Presidente, ou da Senhora Vereadora. Estamos a dois meses do fim do ano e será bom termos conhecimento de como é que a execução orçamental, nesta matéria das grandes opções do plano, está a ser pensada ser desenvolvida e qual a previsão que a Câmara tem sobre este domínio. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao problema da limpeza, tomámos nota e agradeço que quando o Senhor Deputado tiver conhecimento de casos concretos, por favor que nos informe. Mas, esta é uma preocupação permanente que a Câmara tem. -----

--- Quanto às Azenhas do Mar, há cerca de uma semana tive oportunidade de fazer a pé o percurso entre Adraga, Praia Grande e Azenhas do Mar. Toda aquela zona está muito bonita e verifica-se que em Azenhas do Mar o trabalho em toda a parte sul das arribas está muito bem feito. De facto o trabalho na arriba norte ainda não está feito. A arriba norte é o trabalho mais caro de todos. O projeto já está feito e vai ser lançado o concurso. É realmente muito preocupante e vai ser um trabalho muito difícil, mas o problema é ter-se deixado a arriba chegar ao ponto onde chegou. -----

--- Em relação às GOP, o Senhor Deputado tem toda a razão. Neste momento estamos realmente com uma taxa de execução na ordem dos 50,01%. Há muitas empreitadas que vão sair e este número vai melhor até ao fim do ano. 2015 não vai ainda ser um ano de grande execução, mas julgo que em 2016 já vai ser. Em 2016 vai haver uma mudança com um aumento de 70% de investimento. Fazer execução de GOP não é difícil, basta para isso gastar o dinheiro, mas nós só o podemos fazer quando a contratação pública dá resposta, e nós, na contratação pública, fazemos e cumprimos escrupulosamente a lei. Não me espanta que no início do próximo mês Sintra esteja entre as primeiras Câmaras em termos de transparência. Como também sabe, nós também não fazemos ajustes diretos, Fazemos concurso público e tal tem uma forma de atuação. Não nos falta o dinheiro, mas, realmente, não podemos fazer as coisas de qualquer maneira, para apressar e depois termos problemas sérios. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona**, da **CDU**, referiu: De entre as matérias tratadas no relatório trimestral da atividade municipal, queria começar por me congratular com o trabalho desenvolvido no âmbito da reabilitação das AUGI. De facto, desde há muitos anos, precisamente desde o tempo em que este pelouro foi da responsabilidade da CDU na Câmara Municipal, que não se avançava tanto numa área que é absolutamente relevante no que respeita às condições e à qualidade de vida de muitos dos nossos munícipes. Há portanto que dar continuidade ao trabalho que tem vindo agora a ser realizado. Ainda sobre o relatório do Senhor Presidente da Câmara, e no que respeita à presidência aberta na União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, não posso deixar de referir, mais uma vez, a reconhecida necessidade de intervenção na Rua das Cordas, em Almargem do Bispo. Recordo que quando da discussão do Estado do Município, questionei o Senhor Presidente da Câmara acerca do planeamento desta intervenção. A verdade, é que continuamos sem ter qualquer informação sobre a previsão dos trabalhos, cuja urgência foi devidamente constatada pelo Senhor Presidente. Finalmente, e ainda sobre planeamento, gostaria de saber quais, e para quando, prevê a Câmara Municipal concretizar as hortas comunitárias de Sintra. Julgo que urge concretizar este projeto, que eu sei que o Senhor Presidente é um defensor e que é relevante para a materialização da rede ecológica do município, para além, naturalmente, do exercício da sua função primeira, que é a de promover a integração social e valorizar o espírito comunitário e entretida dos nossos munícipes, enriquecendo e complementando também as valências do recreio e do lazer. -----

---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Posso informar que na próxima reunião da Câmara será apreciado o Regulamento das Hortas Comunitárias, para posterior envio a esta Assembleia Municipal. Creio que até ao final deste ano estaremos em condições de implementar as três primeiras hortas comunitárias. -----

--- Relativamente à Rua das Cordas, é realmente uma obra prioritária que está englobada num conjunto de obras no valor de setecentos e cinquenta mil euros que foram agora colocadas a concurso, e creio mesmo que o concurso já está lançado. -----

--- Muito obrigado pela referência às AUGI. Efetivamente tem sido um grande trabalho. -----

---

--- O **Deputado Rui Jorge Santos Anunciação, do Grupo SCMA**, referiu: antes de iniciar a minha intervenção, quero aproveitar para saudar publicamente a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, pela iniciativa, realizada no passado fim de semana, nomeadamente, a 1ª Feira do Fumeiro e da Castanha, que penso que correu com enorme sucesso, engrandecendo o nosso concelho, daí esta saudação. -----

--- Relativamente à intervenção que aqui me trouxe, e uma vez que estamos a tratar da parte correspondente a atividade municipal, deixar apenas cinco questões à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, quatro delas diretamente relacionadas com a Freguesia de Casal de Cambra e uma transversal a todas as Freguesias e Uniões de Freguesia: 1º- Ponto da situação das obras de requalificação do mercado municipal de Casal de Cambra, as quais foram verificadas nas duas presidências abertas havidas e constatada uma grande necessidade de intervir ao nível do isolamento da cobertura e pinturas; 2º - Ponto de situação do projeto para a execução do cemitério de Casal de Cambra, uma vez que o contrato de cedência de direito de superfície a favor da Junta de Freguesia foi celebrado no ano de 2014 e impõe-se uma obrigatoriedade de início da obras no prazo de três anos. Na presidência aberta havida este ano, ficou firmado o compromisso de execução do projeto por parte da Câmara, pelo que gostaria de saber o ponto de situação do mesmo; 3º - Ponto de situação das repavimentações viárias. Também na última presidência aberta o Senhor Presidente constatou o estado de degradação avançada de um troço principal da freguesia, a Avª do Brasil, a qual serve de porta de entrada no concelho pelo lado da União de Freguesias de Ramada e Caneças, Concelho de Odivelas, sendo notória a grande diferença de um lado para o outro. Além de ser uma via com imenso tráfego, ficou prometido que esta repavimentação seria na 2º fase das mesmas; 4º - Ponto de situação da ligação da execução do troço de ligação da E.N. 250 à Av. do Brasil, considerada na primeira presidência aberta como uma obra estruturante à freguesia por ser a criação de um acesso principal. Portanto, gostaríamos de saber em que ponto está este projeto; Por último, um ponto transversal a todas as freguesias, que tem a ver com a questão do protocolo com os autocarros. Gostaríamos de saber se já existe alguma previsão para o ano de 2016 em relação a esta matéria, uma vez que as freguesias estão em fase de elaboração dos seus orçamentos e seria, eventualmente, pertinente saber com aquilo que podem contar para o próximo ano. ----

---

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao mercado de Casal de Cambra, existe já um projeto para a cobertura. Não sei quanto vai custar esse projeto, no entanto, considerando que o mercado tem pouca gente, há que avaliar se o custo da cobertura justifica em função do movimento do mercado. -----

--- Relativamente ao cemitério, ficou combinado que seria apresentado até ao fim do ano, mas ainda não chegámos ao final do ano. -----

--- Quanto à rede viária, o projeto foi feito, mas, atingia o valor de um milhão de euros. Com este valor, terá de haver uma revisão do projeto. O troço de ligação da E.N. 250 à Av. do Brasil, que é um compromisso meu, será feito neste mandato.-----

--- O **Presidente da Junta da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão, Deputado Pedro Alexandre de Oliveira Brás**, referiu: Ainda há pouco o Senhor Deputado Rui Santos Anunciação fez aqui uma intervenção que no mínimo revela o “tempo das paróquias”. É que um Deputado Municipal tem que ter uma visão abrangente do Concelho, e quando vem aqui falar de inovação, de atividades pioneiras que congregam e elevam o Concelho, convém se lembrar: 1º Como é que essas empresas vieram para o concelho; 2º Que há outras Juntas que também fazem atividades pioneiras. Eu, enquanto Presidente de Junta, venho aqui lhe dizer o que é que as outras Juntas também estão a fazer no Concelho com a parceria da Câmara e com parcerias privadas. Quando nós queremos fazer referências, devemos fazer a todos. Efetivamente, estas estratégias são importantes, desenvolvem o concelho, desenvolvem a freguesia e o Senhor Presidente da Junta de São das Lampas faz muito bem em aproveitá-las. Daí que, e sentindo-me bastante orgulhoso disso, quero dizer que essa empresa que falou, a empresa Trás Eventos, fez connosco as primeiras marchas populares, que possibilitou trazer a marcha de Marvila a Massamá, fechar uma avenida para o desfile e trazer duas mil pessoas para a rua. Que essa empresa fez recentemente a Feira Medieval em Monte Abraão e que durante três dias, milhares de pessoas passaram na rua. Essa empresa fez, em São João das Lampas a 1ª Feira do Fumeiro e da Castanha. Identicamente, outras autarquias do nosso Concelho realizaram outros eventos, diferentes e inovadores. Eis alguns exemplos desses eventos: Feira do Livro em Rio de Mouro, que não existia; Aposta na arte urbana na Freguesia de Rio de Mouro; Feira das Mercês que foi reativada; Feira Medieval em Mem Martins, em parceria com os comerciantes; Na mesma senda, “open night” com os comerciantes, em Mem Martins; Dias dedicados à saúde, às festas culturais, em Queluz; a Aldeia Medieval da Criança e diversas atividades desportivas, em São Marcos; Bazar de Natal, em Aqualva e Mira-Sintra; questões ligadas à tradição em Almargem do Bispo. Senhor Deputado é disto que falamos, quando falamos em elevar o Concelho.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: De facto elevou-se aqui o Concelho, e não sendo do mesmo partido, quer dizer que fico muito contente de ouvir aqui tantas vezes falar da Startup. Por vezes, parece-me que a inovação tecnológica, a aposta nos mais jovens, no seu crescimento, faça “comichão” a alguns. Essa “comichão” pode advir de não lerem devidamente, ou não terem a perceção do que é a Startup de Sintra. Permitam-me que vos diga que ainda hoje estive na Lourinhã e, sem que eu tivesse feito alguma referência sobre a questão, é-me indicado duas Startup com referências: Lisboa e Sintra. Denota-se que em Sintra há um incremento de vontade e de qualidade que convém realçar.-----

--- Relativamente ao relatório da atividade municipal, existem dois aspetos que queria sublinhar e deixar à consideração e reflexão do Senhor Presidente: A questão da educação ambiental é na verdade importante, mas, já em anteriores mandatos eu dizia que não podemos entregar a educação ambiental - e desculpe-me o termo - a qualquer um. Constantemente, nas escolas do Concelho de Sintra aparecem várias empresas da área a dar formação ambiental, formação sobre energia, e no final, o que resulta, é os alunos levarem para casa uma informação que talvez até agrade aos pais para fazerem a contratação de várias coisas. Também é verdade que surgem por vezes alguns curiosos, que a título de terem nos seus

perfis pessoas com alguns conhecimentos, se intitulam mentores de grandes ações que podem levar os mais novos a ter no futuro comportamentos mais adequados daqueles que nós temos. Sinceramente, eu ponho em causa alguns protocolos, mormente com grupos como o do aeromodelismo “Os Caças” para a execução deste trabalho. Tenho algumas dúvidas sobre isso, e quando faço esta afirmação, faço-a em consciência, porque entendo que há entidades e até algumas associações sem fins lucrativos que estão mais do que disponíveis para fazer este tipo de ações. Em contrapartida, não se leia, que eu acho que deve ser a Galp, a Endesa ou a EDP a fazê-lo. Também não concordo com isso, porque têm o cunho de sempre apresentarem o seu logotipo e as crianças ficarem agregadas a essas questões comerciais. Convém rever bem o que é que este tipo de grupos representam para que não tenhamos ações de formação que não sejam as mais adequadas. -----

--- Por fim, gostaria de fazer uma referência a candidaturas comunitárias. Estando nós inseridos na região de Lisboa e Vale do Tejo, somos sempre penalizados, mas, no entanto, acabo de verificar que houve aqui ganhos que surgiram, quer para o Município, quer para as empresas aqui localizadas. Ou seja, parece que o Portugal 2020 afinal está a funcionar, ou vai funcionando. Isto é um sinal, e é bom que seja assim, e que continue a ser assim. Senhor Presidente, o grau de aprovação que tem aqui plasmado é de sublinhar. Com graus de aprovação de cerca de 10%, 15%, confesso que fiquei boquiaberto quando vi estes números. Espero que as mil e quinhentas PME que existem no Concelho de Sintra possam continuar. Parece-me que é isso que está a acontecer, havendo uma preocupação por parte da Câmara nesses apoios, daí que o índice de aprovação seja deste calibre. Posso até dizer que não conheço nenhum Município (e conheço alguns) onde este índice seja tão elevado. Senhor Presidente, tenho que lhe dar os meus parabéns. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Deputado Luís Fernandes, quero-lhe agradecer a sua referência final. Tem toda a razão. Nós criámos um gabinete especificamente para apoios comunitários, com cerca de cinco funcionários, dirigido pela Dr<sup>a</sup> Isabel Cristina. Temos uma ligação direta com a CCDR LVT. Os projetos têm sido acompanhados e há tempos tivemos vaidade em ouvir o Conselho Metropolitano dizer que o serviço mais bem apetrechado e com melhor qualidade era o nosso, em Sintra. -----

--- **A Deputada Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães**, do PSD, referiu: Apenas venho dar conhecimento que no passado dia seis de novembro tive a primeira reunião do Conselho Consultivo do Hospital Psiquiátrico, enquanto representante deste órgão. Foi uma reunião muito produtiva. Estavam representados os três principais municípios a nível de densidade populacional, Loures, Sintra e Lisboa. Foi apresentado um regulamento que já foi distribuído por e-mail para o funcionamento do Centro Hospitalar Psiquiátrico, o Relatório de Contas e também a composição do Conselho Consultivo. Esta semana, fui contactada para dar sugestões de temas que eu gostasse que fossem abordadas neste órgão. Atendendo a algumas intervenções e assuntos constantes na ordem de trabalhos cuja apreciação tenho assistido aqui, respondi a este e-mail, mas estou recetiva a sugestões. Na minha resposta coloquei aspetos positivos e constrangimentos na articulação com o Município de Sintra, no préstimo de cuidados de saúde mental descentralizados, porque a ideia é não “enclausurar” as pessoas nestes Centros Hospitalares Psiquiátricos. A ideia é quebrar o preconceito e incluir as pessoas na sociedade, com as ditas “ocupações” e terapêuticas, nomeadamente, danças, restauração, entre outras. Tivemos a oportunidade de visitar ateliers neste âmbito, o que foi bastante interessante. Neste momento, o que acho importante, enquanto município de Sintra, enquanto autarca, é eu ter conhecimento e perceber quais os constrangimentos, quais



as vantagens na articulação e em que é que podemos melhorar. Sei que Sintra já deu algumas respostas a nível de desenvolvimento de programas de prevenção da saúde mental e promoção de saúde mental em crianças e adolescentes. Também a Ação Social está sensível a este tipo de temáticas. No entanto, eu gostaria de ter um ponto de situação mais abrangente a nível de município, para depois também fazermos uma articulação com o Executivo. Caso existam outros temas que possam integrar a agenda, gostaria que me dessem conhecimento, uma vez que o meu “dever” é informar a Assembleia, mas, também, fazer um bom trabalho para que o Município de Sintra possa desenvolver em pleno este objetivo de descentralizar os cuidados de saúde mental. -----

--- Relativamente ao acolhimento de refugiados, sei que não há data prevista para os primeiros cem refugiados chegarem a Portugal, pois esta primeira seleção está atrasada. A situação é de emergência. Em relação aos fluxos migratórios, é talvez um dos desafios mais importantes, nestes últimos anos, no contexto Europeu. Existe a Convenção de Genebra que define normas para as leis internacionais relativas ao direito comunitário internacional, mas a mesma deveria ser aperfeiçoada e não vejo este assunto nas agendas dos líderes mundiais. Esta Convenção não inclui a solidariedade no seio dos Estados Membros, nem a partilha de responsabilidades. As emigrações deviam ser uma opção e não uma necessidade; deviam de ser uma esperança e não uma tragédia; deviam contribuir para o enriquecimento dos países que vão acolher as pessoas. Está estimado que os Estados Membros vão receber 6 mil euros por cada refugiado que acolhem, e essa verba é apenas para a sua integração inicial. A Dr<sup>a</sup> Teresa Tito de Moraes, Presidente do Conselho para os Refugiados, afirma que os refugiados custam dinheiro e que é preciso investir na sua integração, no seu acolhimento. Mas, defende que a economia não deve ser só um fator a ter em conta. A primeira abordagem deve ser uma abordagem de solidariedade. De acordo com o relatório das Nações Unidas para os refugiados, órgão liderado pelo Dr. António Guterres, mostra que existem cerca de 60 milhões de refugiados em todo o mundo. Isto sim é uma situação de emergência humanitária. Os dados do Eurostat, nos primeiros três meses de 2014, dão conta que 185 mil pessoas pediram asilo na União Europeia, um número similar ao do ano passado. Entretanto, estou aqui a falar de solidariedade, estou a falar de sensibilidade, mas não se trata de apenas receber as pessoas. Terá que haver um trabalho muito articulado, o que não é fácil. Existe um contexto internacional, atual, com a ocorrência dos atentados que nos chegam diariamente a nossas casas, e que a família europeia sente como um ataque a todos nós. Eu sou a “geração europa”, como todos nós aqui sentados, e é assim que nos devemos sentir. Neste contexto, e atendendo que existe algum preconceito e algum medo na sociedade civil em acolher estes refugiados, quero congratular a posição da Câmara Municipal de Sintra, porque foi extraordinária, prontificando-se de imediato neste desafio de resolução de emergência internacional. Gostava de ressaltar que há bastante tempo que ando a dizer que é importante a gestão de informações partilhadas, ao nível Europeu, os “*Intelligence da Europa*”, a fim de combater o crime organizado transnacional. Mas, aí vamos por vias mais complexas da ciência política, que é o caso do Conselho de Soberania, o conceito de liderança que está intrinsecamente ligado a questões de defesa. E isto não é fácil, porque cada Estado Membro tem o seu “*status quo*” e muitas vezes não gosta de partilhar. A conjuntura do desemprego europeu, jovens sem rumo que muitas vezes se alistam nestes movimentos como a única via do seu projeto de vida. Aqui pergunto? Onde é que nós falhámos. O Acordo de Schengen será que vai ser o mesmo? Qual é o caminho a seguir para continuar a honrar este grande lema Europeu que é “Unidade na Diversidade”, “*All different, all equal*”? Limito-me a proferir Henri Amiel “*O nosso dever é ser útil não de acordo com os nossos desejos, mas de acordo com as nossas forças*”. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro**, referiu: Em relação à informação que nos foi entregue, existem algumas questões que eu gostaria de anotar e outras que gostaria de ver respondidas. No que diz respeito ao emprego, também me parece que faz falta um balanço da criação de emprego no Concelho de Sintra, já que essa foi uma prioridade e tem sido um investimento, quer da ação e da iniciativa política da Câmara Municipal, quer do investimento, propriamente dito. Qual é que é o balanço que é feito em relação à iniciativa da Câmara? (que a teve).-----

--- Sei que o Senhor Presidente já tomou iniciativas, mas seria bom que informasse esta Assembleia do curso das diligências e das respostas que obteve em relação à Kraft, a antiga fábrica das bolachas, em Mem Martins, e à Dilofar, Farmacêutica, situada no Alto de Colaride. Na sessão realizada no passado dia 2 de novembro quando fizemos um alerta para este despedimento coletivo de pelo menos 19 trabalhadores, o Senhor Presidente da Câmara disse que não tinha conhecimento, mas que iria tomar iniciativas. Queremos saber que iniciativas entretanto tomaram. -----

--- Verificámos na informação escrita, e registamos com satisfação, a presença de duas empresas ligadas ao mármore na “Feira The Big 5 Kuwait International”. Mas, regresso a uma questão que igualmente levantámos no dia 2 ou no dia 19 de novembro, relativamente a um investimento, ou um plano estratégico mais global, mais estruturado para a indústria da pedra, por tudo aquilo que pode trazer ao nosso concelho. Já passaram dois anos de mandato e há que “arrear caminho” nesse sentido, sob pena de continuarmos a assistir à degradação de um setor que tinha grande importância no nosso concelho, e que tem imensas potencialidades, quer no nosso concelho, quer do ponto de vista da colocação do produto no mercado. ----

--- Em relação a obras que foram feitas, eu faria dois apontamentos sobre a freguesia onde resido, e não interpretem como uma crítica àquilo que foi feito, mas é uma constatação de um facto que não me parece rigoroso no relatório. Em relação à obra na Av. António Enes, em Queluz, não é verdade que tenham aumentado o número de lugares de estacionamento, porque o estacionamento junto da estação de comboios era feito em duas bandas e agora é feita só numa. Isto não quer dizer que a obra não esteja à prova de ter melhorado, ou não, pois ainda subsistem dúvidas, nomeadamente por parte dos comerciantes, que é quem necessita de mais lugares de estacionamento para que quem chega possa descarregar alguma mercadoria, já para não falar nos dois infantários que ali existem próximo da estação. Esta obra na Av. António Enes não resolveu um problema, pelo contrário, no caso da diminuição do número de lugares de estacionamento, até o agravou, dado que provoca estacionamento em segunda fila. Portanto da zona dos Quatro Caminhos até à estação de Queluz, nós temos, permanentemente, a via ocupada em segunda fila. Também não é rigoroso dizer-se no relatório que houve uma alteração à circulação. Creio que não houve.- -----

--- Relativamente à colocação de semáforos nos Quatro Caminhos, isto é, na confluência da Av. António Enes com a Av. da República e Av. Elias Garcia, tanto quanto sei ainda não foram colocados. -----

--- Acreditando que em 2017 muito mais obra vai ser feita, e ainda bem, em relação à Av. Elias Garcia e no que diz respeito à zona de Queluz, e não só, a intervenção tem que ser feita rapidamente e muito bem feita, porque o estado de degradação do piso pode provocar, inclusivamente, acidentes. -----

--- Por fim gostava de falar de uma questão relacionada com a saúde. Nós tivemos hoje a oportunidade de fazer uma visita ao Hospital Amadora Sintra, com o candidato à Presidência, Edgar Silva. Fomos recebidos por elementos da administração que muito bem nos guiaram na visita ao hospital e constatámos que é a própria administração que coloca problemas em relação ao hospital. E desde logo coloca a questão da necessidade de construir uma nova unidade pública no Concelho de Sintra, dando razão aquilo que é uma reclamação de há muitos anos da CDU. E por que razão é que a pessoas que nos recebeu e guiou na visita se referiu a uma unidade publica e não a uma unidade privada? Porque a

proliferação de unidades privadas onde encerraram centros de saúde, onde foram retiradas valências, urgências, etc. tudo isso acontece privilegiando os privados. O que também acontece é que há uma concorrência desleal, financiada por todos nós, os contribuintes, em relação às unidades privadas que ficam próximas das unidades públicas. E ainda uma concorrência desleal em relação aos profissionais. Isto foi-nos dito por alguém que representou a administração do Hospital Amadora Sintra, o que me faz supor que aquilo que têm vindo a dizer, creio que até a estrutura associativa dos gestores hospitalares, nós devemos reter. Não que a Câmara de Sintra vá agora protocolar o financiamento de 30% para um hospital público (nem eu chego a tanto). Mas, a Câmara de Sintra não pode ficar alheia, e seguramente não ficará, a uma situação de rutura permanente no Hospital Amadora Sintra, reconhecida, inclusivamente, pela sua administração, frisando a necessidade um novo hospital público.-----

--- Quero por último manifestar a preocupação, tendo no entanto a certeza absoluta que a Câmara também irá tomar medidas quanto a necessidade de aumentar o número de médicos de família, enfermeiros e a manutenção de valências no Concelho, mas, não se pode deixar passar em branco o despacho do Senhor ex-Ministro da Saúde, antes da sua saída e ainda em gestão, relativamente à reclassificação das urgências, que afeta diretamente a urgência básica de Algueirão Mem Martins. A Câmara e a população de Sintra não podem aceitar uma situação destas! -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Deputado Municipal, não nos deu nenhuma novidade. Desde o primeiro dia que nós sabemos que o Hospital Amadora Sintra está em rutura. Fizemos uma série de reuniões com a administração e tentámos tudo. Mais, estivemos à beira de conseguir um hospital público nas instalações da Messa. Através do hospital de Cascais seria feita uma valência, ou seja, uma transferência de utentes do Hospital Amadora Sintra para o Hospital de Cascais, com o compromisso do Hospital de Cascais transformar as instalações da Messa num hospital. No fundo, um hospital que não era central, mas de cirurgia ambulatória, de consulta, de diagnóstico. O Senhor Ministro da Saúde entendeu que não podia fazer isso, porque tal obrigava a um novo concurso público. Portanto, não conseguimos e perdeu-se essa oportunidade. Agora, outro hospital, efetivamente esta Câmara já teve essa oportunidade, até teve terreno. Há é que perguntar por que é que se perdeu essa oportunidade e porque é que perdeu o terreno? Mas, não me pergunte isso a mim! A questão é que temos, mais uma vez, de retomar tudo.-----

--- Quanto aos despedimentos, e em relação à antiga fábrica das bolachas, até agora, nós fizemos tudo aquilo que era possível fazer. Desde contatos com a embaixada, entre outros, estamos disponíveis para tudo. Falta-nos o *feedback* dos sindicatos. Os sindicatos sabem que a porta do meu gabinete está sempre aberta para os receber e para que nos possam informar do que se está a passar dentro da empresa, e então, dentro da nossa possibilidade, faremos o que for necessário. Já em relação à Dilofar, a situação é muito mais complicada e lamentável. O sindicato que nos diga e nos sugira o que é que a Câmara pode fazer. Tudo o que tenha a ver com despedimentos e deslocalizações a Câmara, dentro das suas possibilidades, está solidária, no sentido de ver aquilo que se pode fazer.-----

--- Em relação ao investimento da Global Stone já fizemos um bom trabalho. Neste momento temos uma parceria com Instituto Superior Técnico, temos empresários que têm tecnologia avançada, que estão a trabalhar em conjunto. A Câmara está ao dispor para dar terreno, para acompanhar, mas, há um impulso que tem que ser seguido pelas próprias empresas. Reconheço que não é fácil. Os próprios empresários dizem-me que há muitas empresas com um espírito bastante individualista. Portanto, é preciso uma capacidade muito grande de convencimento, mas, também creio que estamos no bom caminho.-----

--- No que respeita às obras na Av. António Enes, lamento que depois de a Câmara ter feito obras não ter havido uma palavra de incentivo. Se agora o problema é o estacionamento, corrige-se. O que é importante é referir que a obra foi feita depois de muitos anos de ser pedida. A questão do semáforo na Av. Elias Garcia desconheço. No que concerne à intervenção nesta avenida, há na realidade a necessidade de arranjos, mas está englobado na empreitada de obras que vai ser lançada agora. -----

--- **A Presidente da Junta da União de Freguesias de Queluz e Belas, Deputada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves**, referiu: Apenas venho aqui porque foi levantada uma questão pelo Senhor Deputado Hugo Janeiro, relativamente a Queluz, que convém esclarecer e de forma a que todos tomem conhecimento. Relativamente a Av. António Enes quero-lhe dizer que de facto não há diferença entre o número de lugares de estacionamento, há sim, uma requalificação daquele espaço. Não existia lugares de estacionamento para cargas e descargas, agora existe; os táxis estão ordenados; há três lugares de estacionamento para pessoas com incapacidades e houve, portanto, uma preocupação com a mobilidade. O estacionamento desordenado e em segunda via, que era uma realidade habitual, estão agora ultrapassados. Efetivamente existe um problema com a falta de policiamento naquela avenida, pois a constante circulação de carros pesados, com paragem para cargas e descargas, nomeadamente no supermercado Pingo Doce agrava muito a situação. Relativamente aos semáforos, os mesmos já lá estão colocados, embora ainda não estejam a funcionar. Não obstante o facto das vias em Queluz estarem danificadas a alguns anos a esta parte, temos beneficiado com o investimento que os SMAS têm feito na freguesia, sobre tudo ali em Queluz. Iremos ter muitas ruas que vão ser requalificadas e as passadeiras para peões estão a ser todas pintadas. Há pouco o Senhor Presidente falava no civismo das pessoas, e quero dizer que há dias presenciei, no momento em que as passadeiras estavam a ser pintadas, as pessoas passavam por cima da pintura que estava a ser feita. Isto é uma total falta de respeito pelo trabalho que está a ser feito. As pessoas reclamam mas também têm que saber por que é que reclamam. Na altura chamei a atenção à pessoa em causa, porque esta é uma situação em que não podemos ficar calados. Se exigimos, temos que saber o que exigimos, exigir respeito e exigir que sejamos respeitados.---

--- **O Presidente da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: Não era minha intenção intervir hoje, mas, depois do "ânimo" que o Senhor Presidente da Câmara me deu ao referir que a Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem era a mais pobre do concelho, concluo que a nossa freguesia está um pouco esquecida em relação ao resto do município. Também pelo facto do Senhor Deputado António Luís Lopes, na última sessão da Assembleia, aquando do debate do estado do município, ter referido que naquela sessão eu não deveria de ter falado na atividade municipal, mas sim que deveria fazê-lo na presente sessão. -----

--- Espero que o Senhor Presidente, relativamente à informação escrita sobre a atividade municipal, nos informe que para o próximo ano irá haver requalificação urbana, intervenções na rede viária, transporte, ciclovias e que também vai haver um grande investimento na educação. Congratulo-me por isso e tenho a capacidade para quando tenho que valorizar o trabalho da Câmara, valorizo, quando tenho algumas críticas, também tenho o direito para as fazer e não quero ser mal interpretado. Este é um direito que nos assiste a todos nós. -----

--- aguardo que São João das Lampas para o próximo ano tenha algum investimento o que não aconteceu até hoje. -----

--- Gostaria que o Senhor Presidente me informasse se o Município vai continuar a colocar e a custear os funcionários que estão no Centro de Saúde de São João, impedindo que se verifique o fecho de alguma atividade. Em tempo, e apesar de esta ser uma competência do Governo, o Senhor fez o favor de lá colocar pessoas, caso contrário o Centro de Saúde de São João teria fechado. -----

--- Em relação aos refugiados, tenho a certeza que o Senhor Presidente e o Executivo têm a maior consideração e a melhor das intenções. Pessoalmente, não posso falar assim. Eu não posso acolher nem dar apoio a refugiados enquanto tiver pessoas na minha freguesia sem médico de família, pessoas com problemas alimentares, com falta de transportes, até transportes escolares. Lamento. -----

--- Gostaria também de pedir ao Senhor Presidente que pudesse contemplar o apoio a algumas manifestações desportivas e culturais na minha freguesia, pois não se têm verificado. -----

--- Congratulo-me pela excelência das obras que são feitas nas várias freguesias, nomeadamente, Massamá, Rio de Mouro, Algueirão Mem Martins, Queluz. Fico contente por verificar que estas freguesias estão a ser requalificadas. Só lamento que os milhões que vão para essas freguesias não sejam distribuídos equitativamente para que a freguesia de São João das Lampas fosse também contemplada. Na minha freguesia, embora o relatório do Senhor Presidente anuncie uma série de obras para serem realizadas, até ao momento ainda não foi feita qualquer obra de relevo. Congratulo-me igualmente pela colocação, no decorrer desta semana, do semáforo em Alfaquiques. Embora não venha referido no relatório escrito, acredito que esta seja uma obra da Câmara, dado que os serviços da Câmara não informam a Junta de Freguesia destes trabalhos. Hoje tive também conhecimento, através de um munícipe, que finalmente a pavimentação de uma estrada em Fontanelas tinha sido realizada, após dois anos do meu pedido feito à Câmara. -----

--- Em relação à iluminação, também não vem explanado no relatório escrito, o novo PT de São João das Lampas. A Câmara em parceria com a Freguesia e com a Comissão de Festas, realizou este excelente trabalho que vai resolver graves problemas. Quero congratular a iniciativa da Senhora Vereadora Paula Neves, na decisão desta obra e a ajuda das pessoas. -----

--- Termino, deixando um comentário a uma afirmação do meu colega Miguel Portelinha, relativamente ao Infomail : A Câmara tem quatro entidades no Executivo e a brochura Infomail resulta do trabalho de todos os Vereadores no Executivo de Sintra. Desde o tempo da Dr<sup>a</sup> Edite Estrela, até ao do Dr. Fernando Seara, todas as forças políticas que estiveram na Câmara tinham acesso a participar na brochura da Câmara. Senhor Deputado Miguel Portelinha, em São João das Lampas existe apenas um Movimento e um grupo político que fazem parte do executivo, nomeadamente o Movimento Sintrensens com Marco Almeida e a CDU. Como tal, o Infomail é apenas do executivo. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Acho que o Senhor Presidente da Junta de São João das Lampas e Terrugem quando quer fazer campanha pode fazer melhor do que aquela que está aqui a fazer. Em primeiro lugar, eu nunca disse que as pessoas de São das Lampas eram pobres. Eu nunca usaria um termo desses para qualquer freguesia do nosso concelho, nem para nenhuma pessoa. O que foi dito é que nós fizemos uma grande força para que a zona rural do concelho, São João das Lampas, tivesse acesso aos Fundos Comunitários. Isto sim, foi dito, mas, não era pela pobreza. É porque têm menos população e a riqueza distribuída é diferente. Agora, foi muito difícil essa exceção e o Senhor Deputado Ponce Leão, em vez de agradecer e sublinhar, não o faz. Limita-se a fazer este tipo afirmações. -----

--- Quanto a obras, o que vem referido na minha informação escrita, reporta-se apenas a dois meses e a uma síntese de uma centena de ações. Mesmo assim, constatamos a previsão para a realização de obras

na ponte romana de Catribana, assim como a repavimentação na zona de Arneiro dos Marinheiros, o investimento que foi e vai ser feito pelos SMAS, sendo para São João um dos maiores investimentos. Isto, o Senhor não diz! Eu percebo que tem um papel político para cumprir, mas, há limites. É evidente que o Senhor tem todo o direito de criticar, mas, chocou-me imenso ouvi-lo a dizer que eu entendo que o povo de São João das Lampas é um povo menor. Não há, nem nunca será feita nenhuma diferenciação entre as freguesias. As obras são aquelas que são necessárias, para as quais há meios e há processo para as fazer. -----

--- Quero-lhe ainda dizer que tenho pela Junta de Freguesia e pela população de São João das Lampas o maior respeito, a maior consideração, e muito brevemente irei lá dizer isto às pessoas. É uma freguesia lindíssima, com uma costa magnífica. -----

--- O **Líder do PS, Deputado António Luís Oliveira dos Santos Lopes**, referiu: Não ficaria de bem com a minha consciência, depois de ouvir uma parte da intervenção do Senhor Deputado do Movimento Sintenses com Marco Almeida, se não viesse aqui, não diria protestar, mas quase veementemente manifestar-me contra aquilo que o Senhor Deputado disse relativamente à questão dos refugiados. Não está em causa a opinião que o Senhor Deputado possa ter, mas, até o Presidente de Junta do território mais pequeno, aqui é um agente político, e os agentes políticos têm a obrigação de não “atiçar” pequenos ódios, não criar fronteiras onde elas não devem existir e não vir aqui fazer um discurso, realmente de exclusão. Já aqui foi dito muitas vezes, mas é sempre bom sublinha-lo, que os refugiados fogem da morte; os refugiados fogem da guerra; os refugiados fogem do terror, e o que o Senhor veio aqui dizer é que com o seu apoio e com o apoio da sua junta de freguesia eles não contariam. Isso, eu não poderia, hoje, ir para casa sem vir aqui vituperar, porque conheço muito bem o Senhor Presidente de Junta, tenho-o em elevada consideração e acho que foi um momento muito infeliz, acreditando até que o Senhor Presidente de Junta irá futuramente rever essa sua posição, porque, é óbvio que num país inteiro encontraremos sempre alguém necessitado. Até os países mais ricos de mundo, infelizmente, têm sempre pessoas necessitadas, gente pobre, sem abrigo. Se andarmos à procura disso, nunca ajudaremos ninguém. Esta Câmara fica honrada por se ter disponibilizado a ajudar quem precisa, e necessita, não de abrigo, não de pão, não de educação, mas, muito mais do que isso, precisa de viver. Quando se precisa de viver, todos nós temos que ser solidários, e o Senhor enquanto agente político também tem que o ser, e tenho a certeza que também o será. -----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d’Orey Capucho**, referiu: Venho exercer o direito de defesa pelo seguinte: Com todo o respeito pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, que apenas o compromete a ele, recordo que a bancada que coordeno foi claríssima no apoio incondicional ao Plano para o Acolhimento e Integração de Refugiados no Concelho de Sintra, apresentado pela Câmara Municipal, e designadamente, salientou, a propósito de uma questão que recorrentemente alguns adversários desta iniciativa têm assumido, do meu ponto de vista, erradamente, há um inciso, há um parágrafo na proposta subscrita pela Câmara que é muito claro a propósito disto, quando diz: “...*Naturalmente que o Município de Sintra na mobilização dos recursos para apoio aos cidadãos refugiados assegurará sempre o princípio da igualdade e da proporcionalidade, no sentido de que o nível de proteção a dar a estes cidadãos é equivalente ao atribuído aos munícipes em situação de emergência social, como tem vindo a praticar...*”. Gostaria que não houvesse qualquer dúvida sobre o nosso empenho, designadamente, afirmei na altura em que discurssei sobre esta matéria, que o Senhor Presidente contava com o meu apoio e empenho pessoal nesta iniciativa. -----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: Apenas para agradecer a oportunidade de vir aqui esclarecer algo que talvez não tenha ficado bem claro, aquando da minha intervenção, na última sessão. Quando eu fiz referência à Junta de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem e de Colares, o objetivo era referenciar que o Grupo Sintrensens com Marco Almeida está no exercício do poder nestas duas Freguesias e tem boletim, e portanto, tem que haver coerência no exercício do poder. Se por um lado reivindicamos o “direito a...”, no exercício do poder, também o devemos conceder.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Ainda bem que o Senhor Deputado Miguel Portelinha fez esta intervenção, porque é importante dizer, mais uma vez, que não há nenhum boletim. Há apenas, e só, papel de fotocópia com a súmula de dois anos de trabalho, sem declarações de ninguém. Em dois anos fizemos a compilação daquilo que se fez neste período de tempo. É bom que esta situação fique clara. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Aqualva, nos termos da respetiva proposta”** - (Proposta nº 896-P/2015).-----

--- A **Senhora Diretora Municipal, Arquiteta Ana Queiroz do Vale**, referiu: Devido ao adiantado da hora, como o Senhor Presidente da Câmara referiu, tentarei ser breve na minha apresentação, pois de qualquer das formas os Senhores Deputados Municipais encontrarão nos documentos distribuídos, junto à proposta de apreciação e votação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Aqualva, toda a informação. E passou a focar, essencialmente os seguintes pontos: A política municipal; visão para esta área de reabilitação urbana; as intervenções prioritárias e algumas informações relativamente a financiamentos, apoios e incentivos.-----

--- O **Deputado José Alberto dos Santos Carvalho**, do **Grupo SCMA**, referiu: Após análise aprofundada da proposta divulgada pela Câmara Municipal, através da Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, o Movimento independente Sintrensens com Marco Almeida, através dos seus eleitos locais na freguesia envolvida e dos órgãos autárquicos municipais, participou na discussão pública sobre o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Aqualva, tendo salientado oportunamente algumas divergências no que se refere, por um lado ao diagnóstico dos constrangimentos da freguesia que influenciam diretamente a qualidade de vida das populações e por outro lado, a decisão política sobre a área de intervenção e a correspondente infraestruturação. Sem pôr em causa a qualidade técnica da intervenção a efetuar, temos uma visão diferente para a freguesia de Aqualva - Mira Sintra, não só no que se refere às prioridades da intervenção, mas, também na metodologia a utilizar. Não temos dúvidas que os equipamentos de utilização coletiva constituem elemento chave do planeamento e ordenamento do território nas vertentes de estruturação e socialização do espaço urbano. Desta forma, consideramos que é importante fomentar a revitalização urbana através da integração funcional e da diversidade económica e sociocultural dos espaços urbanos, promover a requalificação dos espaços verdes, dos espaços públicos, mas, não podemos, nem devemos secundarizar a rede de equipamentos de utilização coletiva. Como sabemos, uma grande parcela da identidade cultural de uma cidade é revelada em locais que solidificam o jogo concreto das relações sociais, a identidade e os valores impressos pelos distintos grupos que a compõem e que a legitimam. É no quotidiano desses locais, nesse tecido articulado de múltiplos interesses que são criados os vínculos da vida diária. Analisando as propostas apresentadas

pelo nosso Movimento, o relatório de ponderação resumiu-se assim: A integração da recuperação, reconversão de alguns equipamentos coletivos no domínio do desporto; Parque Desportivo Eng<sup>o</sup> Leonardo de Carvalho, Pavilhão Municipal da Abelheira e a Fábrica da Melka, a construção de um silo de estacionamento urbano na Praceta da Fraternidade, alargamento do passeio na Rua António Nunes Sequeira, junto à vedação da Escola Secundária Ferreira Dias, extensão do limite da ARU por forma a incluir a fábrica da Melka. Na ponderação divulgada pela referida Direção Municipal, considerou esta que as nossas sugestões enquadram-se na discussão pública, sendo que, no que se refere aos equipamentos, a sua recuperação deverá ficar assegurada pelos serviços municipais competentes, sendo de todo o interesse para a área de reabilitação urbana a inclusão dos referidos equipamentos na rede desportiva e social local. Por outro lado, considerou que a construção de um silo subterrâneo na Praceta da Fraternidade, afigura-se interessante do ponto de vista do ordenamento do estacionamento e da libertação do espaço público. No entanto, é uma obra de elevado custo que deverá ser ponderada em conjunto com a população local e com possíveis parceiros privados, sendo uma intervenção passível de ser executada a qualquer momento com a estratégia municipal sobre o estacionamento para a cidade de Aqualva-Cacém. No que respeita ao alargamento da área da ARU por forma a incluir a fábrica da Melka, considera-se na ponderação que este é um espaço de elevado potencial urbanístico para a área, cuja transformação e uso qualificará toda a área do Cacém e Aqualva. Esta é uma área que deverá ser reavaliada ao longo do tempo da implementação da operação de reabilitação urbana, sendo a qualquer momento possível a sua integração na mesma. Ou seja, embora consideradas pertinentes, nenhuma das nossas três sugestões precedentes foi acolhida no relatório de ponderação da discussão pública ou foram remetidas para posterior oportunidade, ou no primeiro caso, para outras unidades orgânicas. Finalmente, a nossa sugestão no que se refere ao alargamento do passeio na Rua António Nunes Sequeira, junto à vedação da Escola Secundária Ferreira Dias, foi acolhida, pois considerou-se integrar o reperfilamento do passeio no âmbito da operação de reabilitação urbana, embora se entenda que requer algum cuidado uma vez que o perfil transversal da rua se encontra no limite e o alargamento do passeio poderá implicar a redefinição do perímetro da escola nessa frente. Neste contexto, o Grupo Político Sintrenses com Marco Almeida, lamentando a falta de acolhimentos de algumas propostas que nos pareciam muito relevantes, decidiu abster-se na proposta em debate, embora queira realçar a qualidade técnica do projeto Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Aqualva e o mérito político na sua apresentação, na linha do esforço prosseguido para dotar o Concelho de instrumentos coerentes e consequentes de planeamento estratégico do nosso território.-----

--- **O Presidente da Junta da União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, Deputado Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira**, referiu: a Câmara Municipal de Sintra deliberou, no dia 10 de setembro, submeter a discussão pública a proposta de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Aqualva, que hoje apreciamos, depois de concluído o período de discussão pública. Sempre considerei o planeamento urbano da cidade de Aqualva Cacém como fundamental e estratégico para o desenvolvimento da freguesia de Aqualva e Mira Sintra. Por isso, a Junta de Freguesia empenhou-se ativamente e participou em algumas das propostas constantes no referido Programa Estratégico. Vimos por isso, com grande satisfação, que diversos objetivos aí expressos correspondem a compromissos políticos assumidos pelo executivo que represento. Exm<sup>o</sup> Senhor Presidente, as áreas de reabilitação urbana são o espelho da preocupação municipal com a reabilitação das nossas cidades. Uma reabilitação que partindo da Vila de Sintra se estende para um concelho que há muito necessitava de um planeamento abrangente que permite alterar o estigma com que alguns dos Senhores Deputados desta Assembleia



ainda têm sobre todas as intervenções municipais que não envolvam o centro histórico de Sintra. Um planeamento que permite instrumentos de intervenção nos núcleos urbanos do concelho, onde todos reconhecemos uma intervenção necessária, urgente, especialmente, quando a idade da maioria das construções começa a exigir obras inadiáveis. É por isso, com muito agrado, que depois de ter sido aprovada a ARU de Sintra e a ARU de Mem Martins e Rio de Mouro, analisamos hoje, a ARU de Aqualva. É fundamental promover o investimento que possibilite a valorização do edificado, que aumente a atratividade de uma cidade que beneficia hoje de uma excelente localização e acessibilidades. Por isso, a área de reabilitação urbana de Aqualva é tão importante, por permitir condições financeiras especialmente vantajosas para quem queira investir na recuperação urbana. Do programa, destaco quatro intervenções municipais que respondem a problemas e a oportunidades muito concretas: A baixa da estação, onde se integra a parcela M, que a Assembleia Municipal deliberou a intenção de instalar uma parcela significativa dos serviços municipais, permitindo finalmente a conclusão do investimento associado à intervenção do programa Polis Cacém; A Quinta da Fidalga, onde a Câmara pretende instalar o Conservatório de Música de Sintra, tornando de novo este espaço, o Largo da República, um espaço de referência na história da freguesia; A Av. D. Nuno Alvares Pereira, contribuindo para a resolução dos seus grandes (e são mesmo grandes) problemas de acessibilidade pedonal, permitindo a profunda requalificação urbana que necessita; A baixa de Aqualva que integra o quarteirão do atual Centro de Saúde e as instalações da própria Junta de Freguesia, possibilitando a resolução das “feridas” urbanas resultantes do somatório de sucessivos alvarás de loteamento e construções dispersas. Finalmente gostaria de destacar um facto que pela primeira vez, ser colocado no documento de estratégia municipal a proposta, e cito: “criação de um largo urbano com espaço verde associado”. Sei que ainda há um longo caminho a percorrer para que a valorização deste espaço com potencialidades únicas. Mas este é um sinal muito importante que pela primeira vez é dado. Por tudo isso, a Câmara Municipal e a Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, estão de parabéns pelo excelente trabalho realizado na elaboração de uma proposta que agora se apresenta e que merece, como se depreende da minha intervenção, não só a concordância, mas o sincero aplauso.-----

--- A **Deputada Maria Helena de Lemos de Oliveira e Carmo**, do **BE**, referiu: Já vim aqui mencionar o desacordo do Bloco de Esquerda relativamente à conhecida Parcela M, sobretudo no que diz respeito àquela torre que nos parece desadequada na sua altura. Mas, quero hoje, aqui dizer, que este projeto de requalificação, nas suas várias áreas, merece o acordo do Bloco de Esquerda. Quero realçar, de uma maneira muito clara a requalificação da Av. D. Nuno Alvares Pereira; Há umas traseiras dessa avenida que estão num estado incompreensível para uma zona urbana, onde ocorrem sucessivas deslocações de terreno, derrocadas da encosta de Colaride. Trata-se de um aspeto grave e que é uma das razões principais para o nosso apoio a este projeto, como é a questão de uma primeira referência e um primeiro compromisso relativamente ao “lago da vergonha”. Portanto, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Apenas para agradecer à Senhora representante do Bloco de Esquerda a sua intervenção muito judiciosa e com muita razão. O que se passa naquela zona da encosta de Colaride é uma preocupação que deve ser uma grande preocupação para todos nós. Aquela barreira que está ali é uma barreira que parte já caiu e a outra parte está em muito mau estado. Estivemos no local, já comunicámos à nossa Proteção Civil e à Proteção Civil a nível Nacional, porque é realmente uma situação extremamente negativa. O que me

espanta é como é que foi possível deixar construir ali. Vamos ter um problema muito sério e vamos ver se o conseguimos resolver. Ainda bem que levantou este problema. A ARU não o vai resolver mas nós estamos atentos a ele. -----

--- Não havendo mais inscrições, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta em apreço.--

--- Ponto **4** da Ordem de Trabalhos: “**Apreciar e votar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Aigualva, nos termos da respetiva proposta**” – (Proposta nº 896-P/2015)-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 28 (PS; PSD; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 13 (SCMA)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria .-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação em simultâneos os Pontos **5 a 11** da Ordem de Trabalhos. -----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia colocou à votação as propostas em apreço. -----

--- Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: “**Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro para as freguesias, no montante de 2.503.000,00 € para o ano de 2016, nos termos da respetiva proposta**” - (Proposta nº 899-P/2015) -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 28 (PS; PSD; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 13 (SCMA)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria .-----

--- O **Grupo Político Municipal Sintrenses com Marco Almeida – SCMA** apresentou a declaração de voto que se anexa (**doc. nº 2**) -----

--- Ponto **6** da Ordem de Trabalhos: “**Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro no montante de 2.500,00 € para a União de Freguesias de Aigualva e Mira Sintra, nos termos da respetiva proposta**” (Proposta nº 901-P/2015) -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstencões: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, constante no Anexo I, nos termos da respetiva proposta”** – (Proposta nº 897-P/2015) ----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 28 (PS; PSD; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstencões: 13 (SCMA)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por maioria .-----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, nos termos da respetiva proposta”** – (Proposta nº 904-P/2015) -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 28 (PS; PSD; CDU; BE) -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstencões: 13 (SCMA)-----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a proposta de isenção do pagamento da taxa de inspeção ao elevador sito na Travessa Escultor Mestre Anjos Teixeira, nº 4 – ex Lt 9, na Portela de Sintra, propriedade de António Marques Rufino, nos termos da respetiva proposta”** – (Proposta nº 887-P/2015) -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstencões: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações de António Cipriano da Silva Rosa, nos termos da respetiva proposta”** – (Proposta nº 889-P/2015)-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: “**Apreciar e votar a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações de AGR – Gestão de Resíduos, Lda., nos termos da respetiva proposta**” – (Proposta nº 905-P/2015)-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade .-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 27º, nºs 3 e 4 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª sessão extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 3**)-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 22h45m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. -----

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

## A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrés

## O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana

.../...



DOC. N.º 1

**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**26. novembro .2015**

### 1. a) *Expediente e Informações*

1. Assembleia Metropolitana de Lisboa - Envio de documentação da CEML - Reunião de 17/11/2015.
2. Assembleia Metropolitana de Lisboa - Edital nº 47/CML/15 - 19 de novembro de 2015.
3. SMAS - Apresentação sobre perdas de água.
4. Assembleia Metropolitana de Lisboa - deliberações da CML - 19 de novembro de 2015.
5. Centro Hospital Psiquiátrico de Lisboa - Memorando da 1ª Reunião do Conselho Consultivo do CHPL.
6. União das Freguesias de Agualva e Mira Sintra - Despacho de arquivamento - carta anónima recebida.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



*Sintrensens com*  
**MARCO ALMEIDA**

## **Transferências de verbas para as Freguesias**

Declaração de voto - proposta 899-P/2014

Recuando a 2013, na reunião camarária de 10 de Dezembro, a propósito desta mesma matéria, os Vereadores do Movimento “Sintrensens com Marco Almeida” defenderam que a questão dos protocolos fosse ponderada em função dos contributos eventualmente apresentados pelos Presidentes das Juntas de Freguesia ou das respectivas Uniões, no âmbito de reunião que se encontrava agendada, tendo esta tese colhido anuência pelo Senhor Presidente e por essa razão retirada.

A 17 de Dezembro, viu-se de novo submetida a mesma proposta para deliberação pelo Executivo Camarário, o que nos levou a alertar para o facto das Juntas não terem tido condições para uma avaliação aprofundada dos protocolos, uma vez que a informação não lhes fora atempadamente disponibilizada.

Nessa ocasião o Sr. Presidente admitiu a justeza de algumas considerações então formuladas e justificou a configuração da proposta em função do apertado prazo que decorria desde o início do mandato, tendo assumido que no ano seguinte seria garantida uma melhoria dos procedimentos.

Contrariamente ao anunciado, a proposta apresentada em 2014 para o ano corrente continuou a não espelhar, em nossa opinião, o alegado esforço para melhorar os critérios subjacentes à definição dos montantes a transferir para cada autarquia.

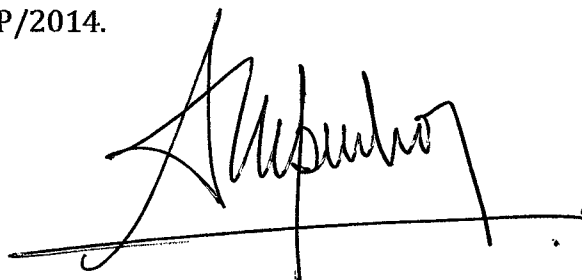
Neste ensejo os Vereadores do Movimento “Sintrensens com Marco Almeida”, com base numa cuidada avaliação de vários cenários que permitem, em nosso entender, a adopção de critérios que se revelam mais justos face às características próprias de cada uma das freguesias, apresentaram uma proposta que implicaria um aumento global na ordem dos 140.000 € no âmbito do protocolo das vias, que cresceria de 1.040.000,00€ para 1.180.000,00€, mantendo-se o peso de cada uma das variáveis.

Mas o nosso objectivo reside também na concessão de diferente peso à área, na medida em que assim se esbateriam algumas situações de injustiça que agora se verificam.

Ora nem o ajustamento dos critérios nem o reforço mínimo do volume das transferências se verificaram na proposta agora em debate, persistindo assim as insuficiências e as injustiças relativas do antecedente.

Nestes termos, o Grupo Político Sintrensens com Marco Almeida entendeu abster-se no voto inerente à proposta 899-P/2014.

Sintra, 2015-11-26





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**(Textos aprovados em minuta)**

--- No dia vinte e seis do mês de novembro do ano dois mil e quinze, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 8ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2013 a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **“Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal”**.-----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU de Agualva, nos termos da respetiva proposta” – (Proposta nº 896-P/2015)**.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:-----



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 28 (PS-CDU-BE-PSD)  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 13 (SCHA)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro para as freguesias, no montante de 2.503.000,00 € para o ano de 2016, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 899-P/2015)-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 28 (PS-CDU-BE-PSD)  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 13 (SCHA)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro no montante de 2.500,00 € para a União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra, nos termos da respetiva proposta" (Proposta nº 901-P/2015)-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 41  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, constante no Anexo I, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 897-P/2015)-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----





**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 28 (PS-CDU-BE-PSD)  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 13 (SCTPA)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de repartição de encargos para o ano de 2016, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 904-P/2015) -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 28 (PS-CDU-BE-PSD)  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 13 (SCTPA)

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de isenção do pagamento da taxa de inspeção ao elevador sito na Travessa Escultor Mestre Anjos Teixeira, nº 4 - ex Lt 9, na Portela de Sintra, propriedade de António Marques Rufino, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 887-P/2015) -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 41  
--- Votos contra: 0  
--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações de António Cipriano da Silva Rosa, nos termos da respetiva proposta" - (Proposta nº 889-P/2015) -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----



**SINTRA**  
CÂMARA MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: "Apreciar e votar a proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações de AGR – Gestão de Resíduos, Lda., nos termos da respetiva proposta" – (Proposta nº 905-P/2015)-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Sintra, 26 de novembro de 2015. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

O 2º SECRETÁRIO

Rui Miguel Magalhães Castelhana



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL